

PLANO DE SALVAGUARDA
BANHO DE SÃO JOÃO DE CORUMBÁ E LADÁRIO

IPHAN



PLANO DE SALVAGUARDA

BANHO DE SÃO JOÃO DE CORUMBÁ E LADÁRIO

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra da Cultura
Margareth Menezes

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Leandro Antonio Grass Peixoto

Diretoria do Iphan
Adriana Fátima Bortoli Araújo
Andrey Rosenthal Schlee
Cejane Pacini Leal Muniz
Daniel Borges Sombra
Marina Duque Coutinho de Abreu Lacerda

Departamento de Patrimônio Imaterial
Marina Duque Coutinho de Abreu Lacerda

Coordenação-Geral de Promoção e Sustentabilidade
Alessandra Rodrigues Lima

Coordenação de Apoio aos Bens Registrados
Rafael Belló Klein

Superintendência do Iphan no Mato Grosso do Sul
João Henrique dos Santos

Departamento de Articulação, Fomento e Educação
Cejane Pacini Leal Muniz

Coordenação-Geral de Fomento e Economia do Patrimônio
Clara Marques Campos

Divisão de Editoração e Publicações do Patrimônio
Luciana Jobim Navarro



PLANO DE SALVAGUARDA
BANHO DE SÃO JOÃO DE CORUMBÁ E LADÁRIO

Iphan, Brasília 2025

Acompanhamento Técnico
CGPS/DPI
Alessandra Rodrigues Lima
Amanda Camylla Pereira Silva
Guilherme dos Anjos G. da S. Santana
Iury Frutuoso Furtado
Janila Betânia de Oliveira
Luan Silveira Alves de Moura
Rafael Belló Klein
Zafenathy Carvalho de Paiva

Iphan-MS
João Paulo Pereira do Amaral
José Augusto Carvalho dos Santos

Revisão de Texto
Tikinet Edição Ltda

Direção de Arte
rnld Nogueira

Projeto gráfico
David Arantes

Diagramação
Guilherme dos Anjos G. da S. Santana

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
www.Iphan.gov.br
publicacoes@Iphan.gov.br
dpi@Iphan.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Aloísio Magalhães, IPHAN

I59p

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).
Plano de salvaguarda : banho de São João de Corumbá e Ladário / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) . – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). – Brasília : Iphan, 2025.
64 p.

Modo de acesso: www.gov.br/iphan/pt-br
ISBN: 978-85-7334-462-2

1. Celebração religiosa. 2. Patrimônio cultural imaterial. 3. Salvaguarda. I. Título.
CDD 263.97

Elaborado por Odilé Viana de Souza – CRB-1/2120


VIVA
VIVA
SÃO JOÃO BATISTA

SUMÁRIO

EQUIPE DE TRABALHO 10

O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL 14

A SALVAGUARDA 18

O BANHO DE SÃO JOÃO DE CORUMBÁ/MS E LADÁRIO/MS 24

HISTÓRICO DA MOBILIZAÇÃO 28

EIXO 1 – MOBILIZAÇÃO SOCIAL E ALCANCE DA POLÍTICA 36

EIXO 2 – GESTÃO PARTICIPATIVA NO PROCESSO DE SALVAGUARDA 48

EIXO 3 – DIFUSÃO E VALORIZAÇÃO 52

EIXO 4 – PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO CULTURAL 58

EQUIPE DE TRABALHO

Detentores

Alfredo Ferraz (Corumbá/MS), Clemilson Medina (Corumbá/MS), Sr. Dito (Ladário/MS), Epifânia da Silva Bastos (Corumbá/MS), Estervina Mendoza Ortiz (Ladário/MS), Everton da Silva Moraes (Ladário/MS), Idalina Gonçalves da Silva (Corumbá/MS), José Alzanende (Ladário/MS), Karla Helena Bastos dos Santos (Corumbá/MS), Lenir Santos Carvalho (Corumbá/MS), Noêmia Terredor (Ladário/MS), Pedro Paulo Miranda (Corumbá/MS), Rosane Cabral Pinto (Ladário/MS), Sebastião de Souza Brandão (Ladário/MS), Dona Silvana (Ladário/MS), Yasmin Flores do Nascimento (Ladário/MS).

Parceiros

Alexandre Ohara (Prefeitura municipal de Ladário/MS) Alexandre Orichuela (Diretor-presidente da Fundação de Turismo de Ladário/MS), Álvaro Banducci Júnior (UFMS), Cleber de Miranda (Presidente da Fundação de Cultura de Ladário/MS), Divino Marcos de Sena (UFMS), Douglas Alves da Silva (Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul), Elizama Medina de Ávila (Secretária Municipal de Educação de Ladário/MS), Joílson Silva da Cruz (Diretor-presidente da Fundação de Cultura de Corumbá/MS), José Gilberto Rozisca (Fundação de Cultura de Corumbá/MS), Lívia Galharte Gaertner (Fundação de Cultura de Corumbá/MS), Marcelle de Saboya Ravanelli (Presidente do Conselho de Cultura de Corumbá/MS), Maria do Carmo Provenzano de Arruda Brum (Secretária Municipal de Educação de Corumbá/MS), Melly Sena (Gerência do Patrimônio Histórico e Cultural da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul), Vanessa Basso (Gerência do Patrimônio Histórico e Cultural da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul), Wanessa Pereira Rodrigues (Socióloga).

Iphan

João Paulo Pereira do Amaral (Iphan-MS).





O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

O patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres e seus produtos, edificações e lugares que remetem à história, à memória e à identidade desse povo. A preservação do patrimônio cultural significa, principalmente, cuidar dos bens aos quais esses valores são associados, ou seja, cuidar de bens representativos da história e da cultura de um lugar e de um grupo social. Trata-se de cuidar da conservação de edifícios, monumentos, objetos e obras de arte (esculturas, quadros), e de cuidar também dos usos, costumes e manifestações culturais que fazem parte da vida das pessoas ao longo do tempo. O objetivo principal da preservação do patrimônio cultural é fortalecer a noção de pertencimento de indivíduos a uma sociedade, a um grupo, ou a um lugar, contribuindo para a ampliação do exercício da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida. Assim, a ideia de patrimônio não está limitada apenas ao conjunto de bens materiais (casas, monumentos ou edifícios), mas também se estende a tudo aquilo que é considerado valioso pelas comunidades, mesmo que isso não tenha valor para outros grupos sociais ou valor de mercado.

Por meio do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial se reconhece que um lugar ou uma manifestação cultural, faz parte do patrimônio cultural da nação brasileira e recebem o título de Patrimônio Cultural do Brasil, juntamente, por exemplo, com as cidades e monumentos tombados. Esse reconhecimento de expressões representativas da diversidade cultural brasileira, significa mais do que a mera atribuição de um título. Tem como efeito a obrigação, por parte do poder público, de documentar e dar ampla divulgação a esse bem, de modo que toda a sociedade possa ter acesso a informações sobre sua origem, sua trajetória e as transformações por que passou ao longo do tempo; seus modos de produção; seus produtores; o modo como é consumido e como circula entre os diferentes grupos da

sociedade, além de contribuir para estimular o envolvimento da sociedade na tarefa de criar condições para um apoio efetivo na sua salvaguarda por parte de instituições públicas e privadas, em nível federal, estadual e municipal, de organismos internacionais e, sobretudo, de cada cidadão.





A SALVAGUARDA

Os Bens Culturais Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil são, necessariamente, inventariados, documentados e estudados. Esses estudos ajudam a identificar quais problemas ameaçam a continuidade da existência desses bens e de que forma sua produção, circulação e valorização podem contribuir para melhorar a vida das pessoas que os vivenciam. A partir da inscrição de um bem cultural em um dos Livros de Registro, o Iphan realizará em conjunto com os detentores do Bem Cultural Registrado, os segmentos sociais e instituições envolvidas, o planejamento e a execução de ações que viabilizem a continuidade da prática objeto de Registro, tendo como ponto de partida as recomendações de salvaguarda apresentadas no Dossiê de Registro. Este processo deverá ser amplamente participativo, caracterizando uma interlocução continuada entre Estado e Sociedade.

É possível a realização de ações de salvaguarda isoladas, pontuais. Contudo, a expectativa da política de salvaguarda é de que as ações tenham um caráter programático, com o planejamento de uma série de ações para serem realizadas por um determinado período, contemplando todo o contexto sociocultural do Bem Registrado. O conjunto de ações assim organizado é denominado Plano de Salvaguarda do Bem Cultural Registrado, que deverá ser elaborado a partir de objetivos e metas gerais predefinidos e adaptáveis a cada realidade. Deverá ser composto por ações de curto, médio e longo prazos e com a indicação dos responsáveis pelo seu acompanhamento e execução, dentre detentores e instituições.

O Plano de Salvaguarda indica de que forma o poder público e a sociedade agirão para salvaguardar as condições que permitem a continuidade da manifestação cultural Registrada. Nesse processo de formulação e implementação dos Planos de Salvaguarda, tão importante quanto o

comprometimento das instituições envolvidas com a execução das ações acordadas, é a participação dos grupos e segmentos sociais que vivenciam o bem cultural em todas as etapas de formulação do plano e de realização das ações previstas. Para tanto, o Iphan apoia ações que possibilitem e/ou fortaleçam a autodeterminação e a organização dos grupos detentores desses saberes e práticas para a gestão da salvaguarda de seus patrimônios.

Conforme a Constituição Federal de 1988, embora o reconhecimento como Patrimônio Cultural do Brasil seja uma competência do Iphan, o Bem Cultural Registrado é de interesse público e, por este motivo, instituições públicas municipais e estaduais deverão estar comprometidas com a salvaguarda, assim como aqueles órgãos que desenvolvam políticas consoantes ao bem cultural e demais instituições interessadas, como universidades, organizações não governamentais etc. O resultado dessa articulação entre detentores e outros atores sociais culminará na sustentabilidade do bem cultural e de sua salvaguarda. Isto é, a atuação dos detentores como agentes autônomos e a atuação de outros órgãos viabilizará, juntos, meios de garantir a integridade da produção e reprodução da manifestação cultural Registrada, assim como o engajamento necessário para evitar o aparecimento de riscos ou ameaças à sua existência.

Neste sentido, é importante que a interlocução para a salvaguarda seja promovida não apenas com os detentores do Bem Cultural Registrado, mas, também, com os poderes públicos locais, dentre outras instâncias públicas e privadas que desenvolvam atividades ou políticas relacionadas-om o bem em foco. Ressalta-se que a articulação com outras instituições deverá sempre ser realizada em diálogo e parceria com os detentores. Em resumo, o objetivo da salvaguarda de Bens Registrados é construir meios para a política participativa dos atores sociais diretamente envolvidos

na produção e reprodução do bem cultural em questão (detentores) e as instituições parceiras. Trata-se de política orientada para aumentar a participação democrática dos detentores dos bens culturais na formulação, no planejamento, na execução e no acompanhamento de políticas de preservação do patrimônio cultural e com isso promover o alcance da sustentabilidade cultural dos Patrimônios Culturais do Brasil.


VIVA
VIVA
ECCE AGNUS DEI
SÃO JOÃO BATI


VIVA
VIVA
SÃO JOÃO BATISTA



O BANHO DE SÃO JOÃO DE CORUMBÁ/MS E LADÁRIO/MS

O Banho de São João é uma celebração religiosa e festiva que acontece na passagem do dia 23 para o dia 24 de junho nos municípios de Corumbá e Ladário no Mato Grosso do Sul. O momento que distingue essa festa pantaneira ocorre quando uma série de procissões se dirige até o rio Paraguai e banha a imagem de São João Batista nas águas do rio. Esse momento festivo de verter água sobre São João transforma o rio Paraguai nas águas milagrosas do Rio Jordão, onde o santo foi batizado. A relação com as águas do rio Paraguai é fundamental na cosmologia dessa celebração joanina, pois esse ritual religioso de devoção, júbilo e alegria coincide com o ciclo das águas e marca o início de um novo ciclo da natureza no Pantanal, com o aumento das áreas de pastagem e abundância de peixe. Com o ritual do Banho, as águas do rio se tornam a manifestação de algo que é divino, que, segundo devotos, é capaz de lavar os pecados, purificar, curar e regenerar. A atualização do ritual do banho do Santo é entendida como um recomeço cheio de esperanças e promessas, que dá sentido à vida e à identidade dos devotos.

O Banho de São João é um momento de integração, que começa com os preparativos nas casas dos festeiros e tem seu ápice no ato de dar banho no Santo, seguido de festas familiares ou comunitárias nas casas dos fiéis. A aglomeração no Porto Geral, em Corumbá, e no Porto de Ladário, para assistir e participar dos rituais do banho, brincar com os cortejos, receber bênçãos e louvar São João Batista, faz parte de uma celebração única e que contrasta com a devoção privada dos preparativos e das festas nas casas, tornando-se pública para a população e se configurando como uma importante ocasião para mesclar o caráter de devoção com a sociabilidade enquanto comunidade, sobretudo quando se considera que adeptos de diferentes religiosidades se reúnem em uma mesma festa.

Ainda assim essa celebração não pode ser resumida ao momento público de verter a água nas imagens que chegam sobre andores nas procissões ao rio Paraguai. De maneira mais complexa, tanto as práticas que antecedem o ritual do banho, quanto as que ocorrem posteriormente, são constituintes da celebração e têm importância. Assim, as práticas religiosas ou não, que estão ligadas às procissões em direção ao rio, tais como as novenas, o preparo de alimentos, a decoração e adorno de andores e casas, as procissões de diversos grupos, as missas e rezas que ocorrem durante o dia, as giras nos terreiros, o café da manhã comunitário na casa dos festeiros, e a subida do mastro de São João Batista, são exemplos de signos relevantes a essa manifestação cultural.

Entre os elementos posteriores ao banho das imagens, destacam-se as festas marcadas por muita comida, música e dança que ocorrem nas residências, e os rituais de umbanda e candomblé que ocorrem do dia 24 ao dia 29 de junho, compreendidas como parte integrante da festividade de São João Batista. O território de ocorrência do festejo também inclui vários templos religiosos de Corumbá e Ladário, abarcando católicos, espíritas, umbandistas, candomblecistas e a documentação sobre esse bem cultural deixa evidente que estas celebrações religiosas ocorrem em várias localidades, incluindo o espaço privado das residências. A história e as transformações nos processos desse ritual, seu contexto sociocultural e até mesmo a localização dessa região fazem parte da formação e das especificidades desse bem cultural, marcado pela relação com o rio Paraguai, pelas relações de fronteira com a Bolívia e o multiculturalismo dessa região.

A continuidade histórica dos processos de reiteração, transformação e atualização dessa tradição é demonstrada no processo de Registro, apontando para ocorrências do ritual do Banho desde o período pós-guerra da Tríplice Aliança, ainda no século XIX. Outro aspecto marcante dessa

festa pantaneira é a celebração do encontro da diversidade entre as diferentes religiões no ritual do Banho, no qual São João Batista é cultuado por devotos católicos, kardecistas e de religiões de matriz afro-brasileira, como candomblé e umbanda, nas quais é sincretizado como Xangô. Essa celebração aporta elementos importantes para a memória, a identidade e a ação de grupos formadores da sociedade brasileira, na medida em que congrega saberes e práticas que dizem respeito à história de colonização do oeste brasileiro e da diversidade de pessoas que ocupavam e ocuparam o Pantanal. Assim, a festa de Corumbá e Ladário é resultado da experiência religiosa de gerações de festeiros, que também é fruto dos fluxos proporcionados pela vivência às margens do rio Paraguai e numa região de fronteira. O Banho de São João de Corumbá e Ladário se constitui, assim, como uma celebração que marca a vivência coletiva da religiosidade, do entretenimento e da identidade dessa parte do Brasil.



HISTÓRICO DA MOBILIZAÇÃO

Conforme Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados (Iphan, 2015), o Iphan é responsável pela elaboração e execução de ações de salvaguarda imediatamente após o Registro do bem cultural, a partir das recomendações de salvaguarda indicadas no Dossiê de Registro, e sempre em diálogo com os detentores e eventuais instituições parceiras. Assim, logo após o Registro, deverão ser previstas, nas Superintendências de ocorrência do bem, ações para a implementação da salvaguarda, assim como para o acompanhamento e monitoramento destas atividades. Segundo o mesmo Termo de Referência, considera-se que a implementação da salvaguarda de um Bem Registrado ocorre com a execução das primeiras ações de mobilização e articulação de comunidades e grupos detentores; apoio à criação e manutenção de coletivo deliberativo e elaboração de Plano de Salvaguarda, eixos que nortearam as ações executadas pelo Iphan-MS em 2022 e 2023 para elaboração do Plano de Salvaguarda do Banho de São João de Corumbá e Ladário.

METODOLOGIA ADOTADA

A elaboração do Plano de Salvaguarda do Banho de São João de Corumbá e Ladário partiu das recomendações do Dossiê de Registro e da contribuição de detentores e parceiros. Para tanto, foram realizadas 12 reuniões com parceiros e visitas a detentores. Nestas visitas domiciliares e reuniões foram abordadas a Política Nacional para o Patrimônio Cultural Imaterial, a política de salvaguarda, o Registro do Banho de São João de Corumbá e Ladário, o Termo de Referência para a Salvaguarda

de Bens Registrados e as recomendações para o Plano de Salvaguarda feitas no processo de Registro.

A fim de registrar e sistematizar as contribuições dos detentores, foi elaborado um formulário para levantamento de demandas e propostas para elaboração do Plano de Salvaguarda. Dado o grande número de detentores, na casa de centenas, optou-se por uma distribuição por amostragem. Buscamos contemplar diferentes tipologias de festeiros, pensando em matrizes religiosas e tamanho da festa, sobretudo. Com isso, visitamos festeiros católicos, umbandistas, candomblecistas, kardecistas, festas maiores, que envolvem bairros, como também festas menores, mais familiares.

Foi construída uma matriz com os eixos mais amplos, a partir de tipologia de ações comumente realizadas ou demandas recorrentes, as ações recomendadas na ocasião do Registro. A isto foram adicionadas as ações propostas para atender à recomendação de salvaguarda, os responsáveis e o prazo de execução. Esta tabela era apresentada nas reuniões subsequentes e, a partir dela, eram feitas as sugestões, debates e acordadas as contribuições para a elaboração final. Almejamos com isso que o Plano de Salvaguarda fosse elaborado, tanto quanto possível, a partir da construção coletiva com os detentores e parceiros, ao tempo que os mobilizávamos para a salvaguarda seguinte. O Plano foi pensado para uma duração total de dez anos, com uma avaliação preliminar em cinco anos, levando em conta a determinação vigente de reavaliação e revalidação do Registro a cada dez anos.

Destaca-se a vitalidade da manifestação cultural e a satisfação com o Registro como Patrimônio Cultural do Brasil por parte de detentores e parceiros. No caso de Corumbá, nota-se, no entanto, preocupação com

alterações na dinâmica da festa, provocada pela tentativa de aproveitamento turístico por parte da prefeitura municipal, observação presente no Dossiê e reforçada nas reuniões e visitas a detentores. Neste contexto, destaca-se a realização de shows de grande apelo de massa justamente na noite de 23 de junho, ápice da celebração Registrada. Os festeiros que, tradicionalmente, descem com o andor e o santo, para banhá-lo nas águas do Rio Paraguai, retornavam em seguida a suas casas, para servir o jantar e continuarem a celebração. No entanto, com a realização de shows com atrações conhecidas do grande público, o retorno para as casas é esvaziado, com muitas pessoas permanecendo na região do Porto Geral. Com isso os jantares têm sido servidos antes dos cortejos ao rio, uma alteração que foi mencionada com incômodo por festeiros visitados.

Também as charangas, pequenas bandas de música que acompanham os cortejos ao rio, executando o hino de São João Batista, além de outras músicas juninas, foram mencionadas. A diminuição do número de bandas, a concentração em um único ponto da Ladeira Cunha e Cruz e a utilização de uma gravação com o referido hino também foi mencionado com incômodo nos formulários e conversas e foi pauta das reuniões.

No caso de Ladário, a principal questão está no pouco apoio por parte do poder público municipal e do atual pároco da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, principal da cidade, que nos anos recentes sequer tem aberto a igreja para a devoção popular. Foi mencionada a dificuldade de acesso ao rio, o que faz com que alguns festeiros se desloquem para Corumbá ou realizem o banho no santo em casa, em caixas d'água, por exemplo.

Estas e outras questões levantadas pelos detentores foram debatidas nas reuniões com parceiros, a fim de que as instituições que assumirão a responsabilidade de, juntas, executarem o Plano de Salvaguarda, tivessem clareza a respeito para deliberar as melhores ações. Foram pensadas, então, propostas gerais de ação para o Plano de Salvaguarda, na expectativa de subsidiarem a elaboração de planos de trabalho mais específicos e detalhados por parte das instituições corresponsáveis, com participação e acompanhamento de detentores e demais parceiros.

Por fim, no dia 24/11/2023, em participação no evento de comemoração dos 30 anos do Tombamento do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá, no qual houve um dia dedicado ao Patrimônio Imaterial, com roda de conversa sobre os Bens Registrados e a ação do Iphan, foi apresentado o Plano de Salvaguarda elaborado para o Banho de São João de Corumbá e Ladário, para contribuições e validação final, sendo aprovado pelos presentes.

PARTICIPANTES DO PROCESSO

A elaboração do plano de salvaguarda foi conduzida pelo Iphan/MS, contando com a participação ativa de detentores, e diversos parceiros envolvidos com a salvaguarda, como instituições federais, (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), estaduais (Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul) e municipais (Fundação da Cultura e do Patrimônio Histórico de Corumbá, Fundação de Cultura de Ladário, Fundação de Turismo de Ladário, Fundação de Turismo de Corumbá), além de organizações não-governamentais (Moinho Cultural Sul-americano, Instituto

do Homem Pantaneiro) e indivíduos engajados em ações de salvaguarda do bem Registrado, como a socióloga Wanessa Pereira.

Não obstante as inevitáveis imperfeições desta primeira experiência, a mobilização social ao longo da elaboração do Plano de Salvaguarda pode ser considerada condição sine qua non para que o processo prossiga. Neste aspecto, destaca-se que as instituições parceiras são imprescindíveis na operacionalização das ações elaboradas, seja como mediadores, apoiadores, colaboradores, financiadores, fortalecedores ou gestores. Mas, dada a experiência e maior capilaridade na atuação junto aos Bens Culturais na região, potencializando o alcance das ações, podendo expandir as redes de atuação com maior eficácia, os parceiros locais aparecem, sobretudo, como corresponsáveis pela construção e fortalecimento de uma política pública que extrapole os limites institucionais.

BANHO DE SÃO JOÃO







EIXO 1 – MOBILIZAÇÃO SOCIAL E ALCANCE DA POLÍTICA

1.1. Mobilização e articulação de comunidades e grupos detentores

1.1. MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DE COMUNIDADES E GRUPOS DETENTORES	RESPONSÁVEIS (QUEM EXECUTA: DETENTORES, IPHAN E/OU PARCEIROS:	PERÍODO DE EXECUÇÃO:
Recomendação de salvaguarda: Promover apoio e fortalecimento de redes de articulações entre festeiros, como associações de troca de experiência e de convivência Ações propostas para o Plano de Salvaguarda: • Constituição de comissão representativa dos festeiros para colaboração na organização das festas, incluindo as diferentes matrizes religiosas (uma comissão para cada município. Diferente do coletivo gestor)	Universidades; Iphan; Prefeituras de Corumbá e Ladário; Governo do estado	Curto prazo/ permanentemente

Recomendação de salvaguarda: Incentivo ao contato e intercâmbio de experiências entre festeiros, crianças e adolescentes das comunidades, através da promoção de rodas de conversa e encontros periódicos **Ações propostas para o Plano de Salvaguarda:** • Promover eventos, encontros, rodas de conversa, festivais, intercâmbios • Articulação com as secretarias de educação para elaboração de um calendário de ações nas escolas, como palestras e oficinas	Universidades; Iphan; Prefeituras de Corumbá e Ladário; Governo do estado; agentes locais; Moinho Cultural	Médio prazo/ permanentemente

1.2. Articulação institucional e política integrada

1.2. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E POLÍTICA INTEGRADA	RESPONSÁVEIS (QUEM EXECUTA: DETENTORES, IPHAN E/OU PARCEIROS:	PERÍODO DE EXECUÇÃO:
Recomendação de salvaguarda: Fortalecer o diálogo do Iphan com os órgãos municipais e estaduais e entidades envolvidas na organização da celebração Ações propostas para o Plano de Salvaguarda: • Realização de reuniões periódicas, anteriores às ações, para alinhamento e planejamento conjunto • Elaboração de planos de trabalho anuais em conjunto	Iphan; Prefeituras de Corumbá e Ladário; Governo do estado; detentores	Curto prazo/ permanentemente

Recomendação de salvaguarda: Acessibilidade adequada aos festeiros, idosos e com difuldade de locomoção **Ações propostas para o Plano de Salvaguarda:** • Aperfeiçoamento da organização do trânsito na rua Delamare (Corumbá) para acesso à Ladeira Cunha e Cruz, privilegiando veículos com festeiros com dificuldade de locomoção • Organização de apoio a festeiros com dificuldade de locomoção para descida e retorno pela ladeira (Corumbá) • Acessibilidade à prainha, para acesso ao rio e retorno (Corumbá) • Organização e apoio para acesso ao rio em Ladário	Iphan; Prefeituras de Corumbá e Ladário; Governo do Estado, detentores, instituições da área da saúde	Curto prazo/ permanentemente

Recomendação de salvaguarda: Participação das lideranças religiosas na salvaguarda **Ações propostas para o Plano de Salvaguarda:** • Reuniões periódicas • Envolvimento e articulação constante, com envio de convites para todas as lideranças para todas as ações a serem realizadas • Apoio institucional (equipe de trânsito e equipe de resgate) para as denominações religiosas que realizam o banho em ou--tros horários (Corumbá)	Iphan; Prefeituras de Corumbá e Ladário; Governo do Estado; agentes locais; detentores; Igreja Católica; Associações; igrejas evangélicas (sobre intolerância religiosa); instituições de matriz afro-brasileira; MPE/MPF; padre (Ladário) e, se for o caso, a diocese	Curto prazo/ permanentemente
Recomendação de salvaguarda: Atenção nas músicas veiculadas na sonorização pública no acesso à prainha (Corumbá) **Ações propostas para o Plano de Salvaguarda:** • Sonorização apenas para os anúncios dos cortejos que chegam e som da banda, com hino de São João • Sonorização com caixas em toda ladeira	Prefeitura de Corumbá; Governo do Estado; Universidades; Iphan	Curto prazo/permanentemente

Ações propostas para o Plano de Salvaguarda: • Oficinas para músicos • Anotação musical do hino de São João e demais canções do repertório tradicional • Contratação de músicos para as celebrações anuais	Prefeitura de Corumbá; Governo do Estado; Universidades; Iphan	Curto prazo/ permanentemente



Recomendação de salvaguarda: Atenção às mudanças na dinâmica da celebração por causa dos shows principais na noite de São João **Ações propostas para o Plano de Salvaguarda:** • Não ter o show de destaque (nacional e/ou regional) na noite de 23 (mas em outro dia) • Shows locais na noite de São João, não ser antes das 00h, com destaque para o Banho	Universidades; Iphan; Prefeituras de Corumbá e Ladário; Governo do Estado; detentores; agentes locais	Médio prazo/ permanentemente
Recomendação de salvaguarda: Programação na capela da ladeira (com possibilidade de escala entre os festeiros) **Ações propostas para o Plano de Salvaguarda:** • Verificar pertinência/abrangência da demanda • Abertura da capela nos dias 23 e 24 (organizar programação com detentores e diocese) • Decoração/iluminação da capela	Iphan; Prefeituras de Corumbá e Ladário; detentores; diocese	Curto prazo

1.3. Pesquisas, Mapeamentos e Inventários Participativos

1.3. PESQUISAS, MAPEAMENTOS E INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS	RESPONSÁVEIS (QUEM EXECUTA: DETENTORES, IPHAN E/OU PARCEIROS:	PERÍODO DE EXECUÇÃO:
Recomendação de salvaguarda: Manter um censo atualizado dos festeiros e outros agentes envolvidos na celebração e estimular o registro de novos cadastros Ações propostas para o Plano de Salvaguarda: • Elaboração de formulário compartilhado entre as instituições, para dados comuns tabuláveis • Atenção especial aos festeiros tradicionais de motivação religiosa • Mapeamento de festeiros em Ladário, áreas rurais, assentamentos, comunidades ribeirinhas etc.	Universidades; Iphan; Prefeituras de Corumbá e Ladário; Governo do Estado; detentores; agentes locais	Médio prazo/ permanentemente

Ações propostas para o Plano de Salvaguarda: • Compartilhamento interinstitucional anual dos cadastrados, para atualização de dados e acompanhamento de eventuais dificuldades • Incluir outros agentes além dos festeiros (marceneiros, músicos, capitães de mastro, culinaristas etc.) • Fomento à pesquisa e estudo sobre a temática	Universidades; Iphan; Prefeituras de Corumbá e Ladário; Governo do Estado; detentores; agentes locais	Médio prazo/ permanentemente







EIXO 2 – GESTÃO PARTICIPATIVA NO PROCESSO DE SALVAGUARDA

2.1. Apoio à criação e manutenção de coletivo deliberativo e elaboração de plano de salvaguarda

2.1. APOIO Á CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COLETIVO DELIBERATIVO E ELABORAÇÃO DE PLANO DE SALVAGUARDA	RESPONSÁVEIS (QUEM EXECUTA: DETENTORES, IPHAN E/OU PARCEIROS:	PERÍODO DE EXECUÇÃO:
Ações propostas para o Plano de Salvaguarda: • Constituição de Coletivo Gestor da Salvaguarda comum aos dois municípios	Iphan; Prefeituras de Corumbá e Ladário; Governo do estado; agentes locais; detentores	Curto prazo

2.2. Capacitação de quadros técnicos para a implementação e gestão de políticas patrimoniais

2.2. CAPACITAÇÃO DE QUADROS TÉCNICOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS	RESPONSÁVEIS (QUEM EXECUTA: DETENTORES, IPHAN E/OU PARCEIROS:	PERÍODO DE EXECUÇÃO:
Recomendações de salvaguarda: Formar gestores capacitados a discutir e propor políticas de Salvaguarda Ações propostas para o Plano de Salvaguarda: • Realização de reuniões, oficinas, seminários, compartilhamento de materiais entre as instituições	Universidades; Iphan; Prefeituras de Corumbá e Ladário; Governo do estado; detentores; agentes locais	Curto prazo/ permanentemente





EIXO 3: DIFUSÃO E VALORIZAÇÃO

3.1. Difusão sobre o universo cultural do Bem Registrado

3.1. DIFUSÃO SOBRE O UNIVERSO CULTURAL DO BEM REGISTRADO	RESPONSÁVEIS (QUEM EXECUTA: DETENTORES, IPHAN E/OU PARCEIROS:	PERÍODO DE EXECUÇÃO:
Ações propostas para o Plano de Salvaguarda: • Exposição de andores, imagens, fotografias, exibição de filmes • Publicações de trabalhos já realizados sobre a manifestação cultural	Universidades; Iphan; Prefeituras de Corumbá e Ladário; Governo do Estado; detentores; agentes locais	Médio prazo/ permanentemente

3.2. Constituição, conservação e disponibilização de acervos sobre o universo cultural do Bem Registrado

3.2. CONSTITUIÇÃO, CONSERVAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE ACERVOS SOBRE O UNIVERSO CULTURAL DO BEM REGISTRADO	RESPONSÁVEIS (QUEM EXECUTA: DETENTORES, IPHAN E/OU PARCEIROS:	PERÍODO DE EXECUÇÃO:
Recomendações de salvaguarda: Constituição de acervo sobre o bem Ações propostas para o Plano de Salvaguarda: • Verificar junto a festeiros e órgãos possíveis contatos de trabalhos já realizados para solicitar acervo	Universidades; Iphan; Prefeituras de Corumbá e Ladário; Governo do estado; detentores; agentes locais	Médio prazo/ permanentemente

3.3. Ação Educativa para diferentes públicos

3.3. AÇÃO EDUCATIVA PARA DIFERENTES PÚBLICOS	RESPONSÁVEIS (QUEM EXECUTA: DETENTORES, IPHAN E/OU PARCEIROS:	PERÍODO DE EXECUÇÃO:
Ações propostas para o Plano de Salvaguarda: • Intercâmbio dos festeiros do Banho com detentores (e agentes públicos e locais) de outras celebrações Registradas pelo Iphan • Realização de eventos com rodas de conversa de detentores e pesquisadores de outras festas • Intercâmbio envolvendo a culinária	Universidades; Iphan; Prefeituras de Corumbá e Ladário; Governo do estado; detentores; agentes locais	Médio prazo/ permanentemente

3.4. Editais e prêmios para iniciativas de salvaguarda

3.4. EDITAIS E PRÊMIOS PARA INICIATIVAS DE SALVAGUARDA	RESPONSÁVEIS (QUEM EXECUTA: DETENTORES, IPHAN E/OU PARCEIROS:	PERÍODO DE EXECUÇÃO:
Recomendação de salvaguarda: Antecedência no cadastramento e repasse do apoio financeiro pela prefeitura Ações propostas para o Plano de Salvaguarda: • Reunião/oficina de esclarecimento sobre objetivo do fomento e calendário da administração pública	Iphan; Prefeituras de Corumbá e Ladário; Governo do Estado	Curto prazo/permanentemente





EIXO 4: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO CULTURAL

4.1. Transmissão de saberes relativos ao Bem Registrado

4.1. TRANSMISSÃO DE SABERES RELATIVOS AO BEM REGISTRADO	RESPONSÁVEIS (QUEM EXECUTA: DETENTORES, IPHAN E/OU PARCEIROS:	PERÍODO DE EXECUÇÃO:
Recomendação de salvaguarda: Reuniões e oficinas de troca/intercâmbio entre festeiros Ações propostas para o Plano de Salvaguarda: • Workshops/oficinas envolvendo também outros agentes (capitães de mastro, marceneiros, cozinheiras/os, músicos etc.) • Calendário interinstitucional compartilhado de atividades de educação patrimonial • Elaboração de Plano e/ou programa de educação patrimonial	Universidades; Iphan; Prefeituras de Corumbá e Ladário; Governo do Estado; detentores; agentes locais	Curto prazo/ permanentemente

4.2. Apoio às condições materiais de produção do Bem Cultural Registrado

4.2. APOIO ÀS CONDIÇÕES MATERIAIS DE PRODUÇÃO DO BEM CULTURAL REGISTRADO	RESPONSÁVEIS (QUEM EXECUTA: DETENTORES, IPHAN E/OU PARCEIROS:	PERÍODO DE EXECUÇÃO:
Recomendação de salvaguarda: Estrutura e acesso porto de Ladário Ações propostas para o Plano de Salvaguarda: • Estrutura de acesso e serviços de segurança e resgate no porto de Ladário	Iphan; Prefeitura de Ladário; PM	Curto prazo

4.3. Ocupação, aproveitamento e adequação de espaço físico para Centro de Referência

4.3. OCUPAÇÃO, APROVEITAMENTO E ADEQUAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO PARA CENTRO DE REFERÊNCIA	RESPONSÁVEIS (QUEM EXECUTA: DETENTORES, IPHAN E/OU PARCEIROS:	PERÍODO DE EXECUÇÃO:
Ações propostas para o Plano de Salvaguarda: • Possibilidade de uso da capela para ações de memória (uso interativo, autoexplicativo) • Possibilidade de espaço/ sala em Corumbá (no ILA, por exemplo) • Possibilidade de Casa de memórias em Ladário (casa do sr. Maximiliano, por exemplo)	Prefeituras e Iphan	Médio prazo/Longo prazo

BANHO DE SÃO JOÃO







CRÉDITOS FOTOGRAFIAS

Cleber Ribeiro Dias
páginas: 19, 59

Gustavo Messina
páginas: 2ª contracapa, 10, 11, 20, 21, 32, 33, 39, 60, 61

Vânia Paula Jucá Santos
páginas: capa, contracapa, 14, 15, 25, 31, 43, 44, 45, 48, 49, 54, 55

O corpo do texto deste livro foi composto com fontes da família Minion Pro, para os títulos utilizou-se a fonte Alfa Slab One.
Impressão de 700 exemplares em couchê 115 g/m² pela Teixeira Gráfica Digital

Edições IPHAN